

Epistemologia e crítica à regressão: contribuições da Educação Física/Ciências do Esporte*

Epistemology and criticism of regression: contributions from Physical Education/Sports Science

Epistemología y crítica a la regresión: aportes de la Educación Física/Ciencias del Deporte

Paulo Evaldo Fensterseifer^{a,b*} 

Palavras-chave:

República
democrática;
Cultura democrática;
Cultura científica;
Negacionismo.

RESUMO

O artigo trata dos limites e potencialidades das instituições republicanas e democráticas no que diz respeito às relações da Epistemologia, da Política e da Educação/Educação Física. Enfatiza a necessidade de reafirmar, ante as novas gerações, os valores fundantes e a necessidade de manter uma relação crítica com seus modos de objetivação. Conclui com a aposta em uma Educação/Educação Física que promova o desenvolvimento de uma cultura democrática capaz de resistir às tentações autoritárias, à direita e à esquerda, de “cortar caminho”, e em uma cultura científica que sirva de anteparo crítico ao charlatanismo, sem mistificar a ciência.

Keywords:

Democratic republic;
Democratic culture;
Scientific culture;
Negationism.

ABSTRACT

This article deals with the limits and potentialities of republican and democratic institutions with regard to the relations between Epistemology, Politics, and Education/Physical Education. It emphasizes the need to reaffirm, before the new generations, the founding values and the necessity of maintaining a critical relationship with its modes of objectification. It concludes with a commitment to an Education/Physical Education that promotes the development of a democratic culture capable of resisting authoritarian temptations, on the right and the left, to “cut corners”, and a scientific culture that serves as a critical shield against charlatanism, without mystifying science.

Palabras-clave:

República
democrática;
Cultura democrática;
Cultura científica;

RESUMEN

El artículo tematiza acerca de los límites y las potencialidades de las instituciones republicanas y democráticas en lo que respecta a las relaciones de la Epistemología, la Política y la Educación Física. Pone énfasis en la necesidad de reafirmar, frente a las nuevas generaciones, los valores fundantes de este modo específico de sociabilidad como así también de mantener una relación crítica con sus modos de objetivación. Concluye con la apuesta en una Educación/Educación Física que promueva el desenvolvimiento de una cultura democrática, que resista a las tentaciones autoritarias, a la derecha y a la izquierda, de “cortar camino”, y en una cultura científica que sirva de amparo crítico al charlatanismo, sin que ello genere una mistificación de la ciencia.

^a Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-graduação stricto-senso em Educação nas Ciências. Ijuí, RS, Brasil.

^b Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Programa de Mestrado Profissional Educação Física em Rede Nacional. Ijuí, RS, Brasil.

***Autor correspondente:**

Paulo Evaldo Fensterseifer
E-mail: fenster@unijui.edu.br

Recebido em 17 de outubro de 2023; aceito em 25 de outubro de 2023.

* O presente trabalho não contou com apoio financeiro de nenhuma natureza para sua realização. O autor declara não haver conflitos de interesse. Agradeço a todos e todas que fizeram e fazem a história da Educação Física Brasileira.

Negacionismo.

Agradeço aos organizadores pela oportunidade de comparecer a mais este CONBRACE, em especial aos coordenadores do GT Epistemologia, o qual tem sido meu espaço de debate das questões da Educação Física (EF) nos últimos quase 30 anos e do qual me despeço lembrando os versos da Almir Sater e Renato Teixeira: *Um dia a gente chega/ E no outro vai embora*. Construímos juntos este espaço como um lugar de pluralidade, de controvérsias acadêmicas, de respeito e de crescimento coletivo pelo embate de ideias, movidos pela *philia*, que possibilita a noção de mundo comum. Espero que assim prossiga.

Quanto ao tema, uma das primeiras questões que me ocorreram (diante da ideia de regressão) é de que uma sociedade que não reafirma seus valores junto às novas gerações sucumbe, dado que não são transmitidos geneticamente nem dispomos (ainda) do recurso “salvar como”.

No entender de Benevides (1996, p. 96), o paradoxo central da democracia sempre se repõe: “[...] ela não existe sem uma educação apropriada do povo para fazê-la funcionar, ou seja, sem a formação de cidadãos democráticos. E a formação de cidadãos democráticos supõe a preexistência destes como educadores do povo, tanto no Estado quanto na sociedade civil”. Prossegue, dizendo que necessitamos uma “[...] escola de formação do povo, isto é, do soberano, numa democracia” (Benevides, 1996, p. 224).

Em uma instrução pública, tal como preconizada por Condorcet (2008), cabe-nos “ilustrar os espíritos”, a ponto de estes sentirem-se desconfortáveis em qualquer modo de objetivação institucional. A “instituição do cidadão” (Coutel, 2004) é o antídoto a qualquer instituição que queira absolutizar-se. Como lembra o autor, “[...] a decadência está no horizonte de toda instituição política que esqueça seus princípios e sua natureza” (Coutel, 2004, p. 22, tradução própria).

Falei e escrevi, em vários momentos, citando Castoriadis, Arendt, Lefort, entre outros, que a democracia, a república, são invenções que necessitam ser constantemente reinventadas, tal como um trabalho de Sísifo¹. Se em algum momento achávamos que o foco era o aprofundamento das demandas sociais, a radicalização da democracia, em outros, a simples manutenção do Estado de Direito, ou da própria civilidade, assume a centralidade. Nas palavras de Garcia (2021, p. 20),

A democracia republicana, ou o hoje designado Estado Democrático de Direito, originou-se de uma ficção política ajuizada por aqueles que a consideram como capaz de acolher os sempre precários acordos políticos, assim como, diríamos em nossa época, aquela que oferece melhor proteção aos males produzidos por

regimes tirânicos, autoritários e totalitários, os quais têm flagelado a humanidade.

Amós Oz afirma que Hitler e Stalin, por via indireta, prestaram um serviço à democracia, pois, sem o desejar, deixaram um presente, qual seja, mostrar ao mundo o quanto o ódio, o racismo, a misoginia, o preconceito, são perversos. O problema, segundo ele, é que as novas gerações já não lembram desta terrível experiência que foi o totalitarismo, logo, o fenômeno de negação destas experiências esgotou sua força. Soma-se a isto o desencanto com a democracia, na medida em que os problemas sociais e econômicos persistem².

No enfrentamento dos sempre possíveis riscos de regressão da democracia, do conhecimento científico (que corremos o risco de considerar o único portador de racionalidade³), somos tentados a buscar saídas simplificadoras, como a de apostar na *episteme*, para fugir dos “riscos da política”, dada sua contingência⁴.

Apostar apenas na *episteme* (conhecimento científico, razão pura, consciência esclarecida) é não ter aprendido com o fracasso, em certa medida (quando tomados em sua radicalidade), de Platão, de Condorcet, de Kant, do materialismo científico, o que não significa abandonar a *episteme* em nome de uma “pós-verdade”, mas reconhecer que o humano e suas deliberações se movem por complexidades que *episteme* nenhuma dá conta⁵. A arte, a psicanálise, a literatura – que se aventuram nessas obscuridades e complexidades do humano –, recebem o desprezo dos guardiões da razão epistêmica, a não ser que se prestem a instrumentalizações.

Não podemos esquecer que a ciência também produziu – e continua produzindo – o negacionismo de todos os saberes que não coincidem com seus métodos e verdades, em especial quando absolutiza determinada metodologia e confunde rigor com exatidão⁶.

Ruiz afirma que a democracia permite a experiência kairológica com o tempo, a qual considera a dívida com o passado, com a tradição, evitando o esquecimento do tempo cronológico. A temporalidade, entende ele, não deve ser zerada, para que a história não seja apagada (Ruiz, 2023). Na mesma linha,

[...] A sociedade autônoma é a sociedade que explícita e lucidamente se auto-institui, que sabe que é ela própria que estabelece suas instituições e significações,

¹ Sobre essa analogia, ver Boufleuer et al. (2023).

² Podemos acessar a entrevista no endereço Youtube (2023).

³ Segundo Paulo Tiellet, a equação da modernidade é $V=R=C$, na qual a Verdade encontra expressão exclusivamente na Razão, e esta se limita ao modo de operar da Ciência (no singular).

⁴ Somos seres incertos e lidamos mal com as incertezas, o que nos leva a flertar com as promessas de certeza com que os regimes autoritários nos acenam.

⁵ Insuficiente não significa dizer que esse algo seja desnecessário.

⁶ Ver Fensterseifer (2020).

isso também quer dizer que ela sabe que estas não têm nenhuma fonte além de sua própria atividade instituinte e doadora de significação [...]. A democracia, quando é verdadeira, é o regime que explicitamente renuncia a qualquer “garantia” última e que não reconhece nenhuma limitação a não ser a sua autolimitação [...]. A democracia é o único regime político trágico – é o único regime que arrisca, que encara abertamente a possibilidade de sua autodestruição [...] (Castoriadis, 1987, p. 427).

Aprender com a tradição para não incorrer nos mesmos erros – eis a lição. Erros que só são tomados como tais por critérios consensuados. Há que afirmá-los, sem fetichizá-los. Cabe sempre lembrar o aprendizado básico da filosofia: não há possibilidade crítica sem critérios – e estes são produções humanas. A própria valoração da vida é uma proposição, pois, do ponto de vista da *zoé*⁷ – que não tem propriamente um ponto de vista –, a morte faz parte da normalidade evolutiva.

Quando o negacionismo, as *fake-news*, o pacote chamado de “ressaca do Iluminismo” tornaram-se corriqueiros, passei a dizer que, se, antes, minha preocupação nas aulas e nos debates epistemológicos era pautado pela crítica à ciência, minhas preocupações passaram a ser de, senão uma defesa da ciência, ao menos uma busca de tornar compreensível a ciência, o seu esforço de produzir verdades baseadas em evidências, pois, afinal, o óbvio deixou de ser óbvio (precisamos dar evidências da circularidade da terra). Como li em algum lugar: Deus se aceita (ou não), tudo o demais necessita de evidências.

O desafio é manter, por um lado, a crítica à ciência e, por outro, a defesa da ciência (sem cair no cientificismo). Um exemplo da ciência reduzida ao cientificismo é o caso do livro *Que bobagem! Pseudociências e outros absurdos que não merecem ser levados a sério*, da microbiologista Natalia Pasternak e do jornalista Carlos Orsi, que, entre outras coisas, demonstrou ignorar o poder simbólico para o humano. Manifestando-se sobre o caso, escreveu Safatle (2023):

O que aconteceu então com o Brasil para que a mesma discussão aparecesse agora de forma mais explosiva, sem que nenhum elemento novo ou dado relevante fosse acrescentado ao debate? É possível creditar parte do fenômeno à desorientação produzida pela pandemia. Diante de um governo que praticou uma sequência sistemática de crimes contra a saúde pública, não faltaram aqueles que se viram no meio de uma verdadeira reedição da guerra das luzes contra a superstição, da ciência contra o obscurantismo, da civilização contra a barbárie. Pesquisadores em

ciências biológicas e exatas foram elevados à condição de guardiões da razão aos quais a política deveria se submeter, se não quisesse abraçar as vias do populismo ou de algum “irracionalismo” em política.

Só que agora talvez seja o momento de dizer que, nesse caso, o medo fez o pensamento crítico regredir duas casas. Primeiro, porque nunca estivemos em um combate da ciência, das luzes, da civilização, da razão, da bondade etc. contra as forças da regressão e do atraso. Seria bom começar por lembrar o quanto há de sombra nas luzes, o quanto há de barbárie na civilização, o quanto há de obscurantismo no positivismo científico. Um pouco de dialética do esclarecimento faz bem nesses momentos.

Nesse “balanço”, precisamos retomar as crenças que acompanhavam a noção de epistemologia e o que restou defensável. Considero fundamental uma perspectiva dialógica de validação que permita pensar uma objetividade intersubjetiva, sem as ilusões de um real a-histórico, mas ainda assim um real objetivo que não se reduza a um contexto de meras narrativas, do qual emerge a noção de “pós-verdade”, antecipada por Arendt quando trata das *Origens do Totalitarismo* (Arendt, 2012, p. 632).

O súdito ideal do governo totalitário não é o nazista convicto nem o comunista convicto, mas aquele para quem já não existe a diferença entre fato e ficção (isto é, a realidade da experiência) e a diferença entre o verdadeiro e o falso (isto é, os critérios do pensamento).

Soma-se a esse quadro o fenômeno das “bolhas”, as quais se configuram pela homogeneidade produzida pelas certezas e seu par, a ausência de pensamento, tornando irrisória a questão da verdade, algo antevisto pelo criador “desta bobagem” chamada Psicanálise. Escreveu Freud em 1921:

Os grupos nunca ansiaram pela verdade. Exigem ilusões e não podem passar sem elas. Constantemente dão ao que é irreal precedência sobre o real; são quase tão intensamente influenciados pelo que é falso quanto pelo que é verdadeiro. Possuem tendência evidente a não distinguir entre as duas coisas (Freud, 1921/1996, p. 87 apud Bispo et al., 2022, s/p).

Sobre a questão da objetividade, julgo pertinente distinguir as dimensões “internas” e “externas” da ciência, ou seja, a lógica de funcionamento do “campo”, para falar com Bourdieu (2004) e suas relações com os contextos. Campo, segundo o autor, é isso, espaço relativamente autônomo (para cada disciplina, há que se estudar o “grau de autonomia”)⁸.

A proposição de Bourdieu (2004) é escapar dos extremos: “ciência pura” (livre de qualquer

⁷ A palavra grega *zoé* remete à “vida natural”, na qual todos os seres vivos se igualam. Já a *bíos* remete à vida de um indivíduo (de onde derivamos “biografia”). A primeira diz respeito à vida privada e a segunda, à vida pública (política).

⁸ Essa apropriação de Bourdieu encontra-se em Fensterseifer (2013).

determinação social) e “ciência escrava” (determinada heteronomamente), preconizando uma relativa autonomia (um “mundo social” dentro de um “mundo social global”)⁹.

O autor destaca a luta interminável por autonomia, por condições econômicas e sociais, sem a ilusão de que a ciência possa habitar uma “torre de marfim”. Seu escopo é fazer com que essas “lutas específicas” se façam com “armas específicas”, não invocando critérios de outros domínios, como, por exemplo, da luta política comum.

O que sustenta essa posição de Bourdieu (2004, p. 68) é o que me parece mais fundamental: “[...] a defesa da autonomia dos campos científicos, em especial, e do campo das ciências sociais, em particular, é por si um ato político [...]”.

Quanto às relações entre os campos político e científico (pano de fundo do nosso tema), em particular aquilo que se denomina “demanda social”, Bourdieu reforça a importância da noção de autonomia, o que não significa se eximir do debate acerca de proposições concretas, entre elas a de que os pesquisadores tenham lugar nos espaços de decisões públicas para “introduzir o ponto de vista da ciência” (Bourdieu (2004, p. 76).

Por fim, como restituir ao mundo social as conquistas propiciadas pela autonomia da Ciência? Bourdieu afirma que se devem restituir os resultados da Ciência aos domínios em que esses resultados possam contribuir de forma positiva. E completa: “Mas a função mais útil, em mais de um caso, seria dissolver os falsos problemas ou os problemas mal colocados” (2004, p. 79).

Voltando ao tema da criticidade, esta se constitui em um modo de evitar a regressão; a pergunta é: Como manter a criticidade sem recorrer a uma fundamentação metafísica? E mais: sem “externalidades metafísicas” aos processos políticos presentes que imaginam, de fora da política, “corrigir” a política? Esse “fora” pode ser a ideia de BEM, importada da teologia, uma “vanguarda esclarecida”, ou pode ser alguém que se apresente como de fora da política (outsider).

Se a referida equação da modernidade – $V=R=C$ – demandou que a epistemologia se constituísse em sua guardiã, fazendo crer em uma racionalidade teleológica, as utopias científicas parecem crer que uma *episteme* possa dirigir o social, sacrificando a liberdade, dado que ferem um pressuposto democrático: que possamos nos proteger daqueles que dizem querer nosso bem. Some-se a isso o fato de que utopias de sociedades perfeitas não possuem espaço para a crítica.

Podemos nos perguntar: que lugar caberia à política nesse cenário? Uma resposta possível (ou até evidente) é que cabe à política acelerar ou frear essa racionalidade posta sobre os trilhos do progresso da ciência (seja de

uma “física social”, seja do “materialismo científico”, seja da “mão invisível do mercado”).

Falar em “regressão”, nesse cenário dominado pela ciência/epistemologia, implica uma regressão política. Ademais, tudo isso só faz sentido, perdão pelo trocadilho, em um cenário com sentido posto, uma perspectiva teleológica – ou teológica –, pensando que *Théo* e *Thelos* se equivalem; afinal, se tem um deus, tem um sentido, se tem um sentido, tem um deus (mais uma dívida com o Tiellet). A questão é o quanto de niilismo cada um de nós suporta. De que natureza é esse *telos*? Qual a nossa disposição para ocuparmos o lugar de sujeitos? O quanto reconhecemos nossa capacidade instituinte? Tudo isso concorre para a ideia de crítica que teremos.

Podemos nos perguntar ainda: Por que o inverso não seria verdadeiro? (uma regressão política se traduzir em uma regressão epistemológica?). A resposta seria ‘porque a política não é reconhecida como um vetor autônomo’, para falar com Castoriadis, um poder instituinte, sendo apenas um epifenômeno da economia. Ante esse entendimento de política é que Arendt irá se opor, propondo o que ela denomina a “dignidade da política” (Arendt, 1993).

Ora, o conhecimento sobre o social (uma *episteme* do social) não pode ser do mesmo modo que uma *episteme* sobre a natureza¹⁰, pois, em sendo possível, poderia subjugar a política, dando a esta um estatuto, uma orientação científica, o que levaria ao fim da política, ao menos da sua forma democrática. Essa “coincidência” do saber da política (uma filosofia política – herdeira do platonismo – ou uma ciência política) não reconhece a pluralidade como constitutiva da condição humana e busca “resolver de vez” as questões relativas à sociabilidade humana. Busca um ajuste perfeito do saber e do poder, tal como o fez, e o buscam fazer, as perspectivas totalitárias. Em contrapartida, o antídoto para fugirmos dessa tentação, como indica Lefort (2011, p. 134), é que o poder seja “[...] impedido de se fixar à distância daqueles que lhe estão sujeitos”, tal como acontece na democracia, mantendo o poder como “lugar vazio”. O totalitarismo inverte essa lógica democrática e o poder “[...] vê-se materializado num órgão (ou, no limite, num indivíduo), supostamente capaz de concentrar nele todas as forças da sociedade” (Lefort, 2011, p. 97).

Podemos identificar riscos de regressão no campo político e epistemológico (abordo de forma geral), mas podemos fazer um exercício de pensá-los no campo da EF:

- Regressão política de conteúdo (desmonte de políticas públicas, de ganhos sociais...) e regressão dos processos/regras (ataques à democracia, à participação popular, às instituições);
- Regressão no plano epistemológico de conteúdo (movimentos antivacinas; equiparação do

⁹ Essa relativa autonomia, que caracteriza instituições como a universidade e o judiciário, cumpre a função de defesa das verdades factuais ameaçadas pela manipulação política do passado com vistas ao futuro (Arendt, 2002).

¹⁰ Sobre esse tema, ver Safatle (2023).

evolucionismo com o criacionismo...), regressão dos processos (negação de critérios de evidência; reconhecimento exclusivo das ciências “positivas”...)¹¹.

Desfeitas as crenças ingênuas com os poderes da tradição iluminista, mas não sucumbindo à ressaca do Iluminismo, o desafio, segundo Tarso Genro, é segurar a utopia “[...] da razão iluminista, reduto concreto da defesa dos direitos humanos, das políticas sociais compensatórias e das instituições do Estado Social que, como no nosso país, ainda sobrevivem assediadas pelo bafejo do fascismo” (Genro, 2023).

No entender de Todorov (2008, p. 28-29):

É, antes de tudo, de uma refundação das Luzes que precisamos: preservar a herança do passado, mas submetendo-o a um exame crítico, confrontando-o lucidamente com suas consequências desejáveis e indesejáveis. Fazendo isso, não arriscamos trair as Luzes; ao contrário: a verdade é que as criticando continuamos fiéis a elas e colocamos em prática seu ensinamento.

Parecem residir, nessas pautas do Iluminismo, bons critérios, mesmo que insuficientes, para balizar algo que possa ser tomado como “regressão”. A ausência de critérios, porém, pode nos levar, em analogia com o tema da barbárie, à situação de que se tudo se justifica por ser “cultural”, logo não reconheceremos mais o que é bárbaro.

Pressupondo a República como o governo das leis, devemos levar em conta o que expressam os marcos legais. Ignorar a Constituição, como fazem os regimes autoritários, é certamente regressão. Nesse sentido, a Constituição Federal, em seu artigo 227, prevê que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Brasil, 2018).

No que se refere às contribuições das ciências do esporte/EF para se contrapor a qualquer forma de regressão, destaco dois ingredientes que me parecem fundamentais e que se complementam. O primeiro deles vem da resposta de Umberto Eco (1994) à seguinte pergunta:

Se existem apenas preferências e não verdades, sobre o que se poderia basear a afirmação de que existiria um intolerável que todo mundo reconheceria como tal, independentemente da diversidade de culturas, de educações e de crenças?

Eco – Sobre o respeito pelo corpo. É possível constituir uma ética sobre o respeito pelas atividades do corpo: comer, beber, urinar, defecar, dormir, fazer amor, falar, ouvir, etc. Impedir alguém de se deitar à noite ou obrigá-lo a viver com a cabeça abaixada é uma forma intolerável de tortura. Impedir as outras pessoas de se movimentarem ou de falarem é igualmente intolerável. O estupro não respeita o corpo do outro. Todas as formas de racismo e de exclusão constituem, em última análise, maneiras de se negar o corpo do outro. Poderíamos fazer uma releitura de toda a história da ética sob o ângulo dos direitos dos corpos e das relações de nosso corpo com o mundo.

O segundo elemento encontra-se expresso no artigo de Pich e Fensterseifer e diz respeito à autonomia possível em relação ao corpo nos limites de uma perspectiva não metafísica. Escrevem os autores:

[...] Embora vivamos uma relação claramente normativa com o corpo, marcada pela repressão e o controle dos prazeres, não estamos situados em um espaço em que a norma seja considerada como fruto de elaboração humana. Se a relação com o corpo está pautada em imperativos que são princípios teológicos secularizados, não é o ser humano que se dá a norma, mas a norma, apresentada como mandato divino, é sempre de caráter heterônoma. Assim, os dois polos, a exaltação da vivência dos prazeres sem custo, a “custo zero”, e o caráter imperativo de gerenciar o próprio corpo a partir dos imperativos da potência e do embelezamento corporal, se mostram vetores que compartilham de um elemento comum, qual seja ter como horizonte retirar da esfera da responsabilidade humana a elaboração de uma relação normativa com o corpo e suas expressões (Pich e Fensterseifer, 2012).

Certamente, estamos diante de uma questão de grande relevância: a aceitação de uma normatividade com pretensões de universalidade. Outro grande desafio que se coloca para a universidade e para a ciência diz respeito à dimensão ética do conhecimento e dos processos de formação profissional. Descuidar dessa dimensão pode nos levar à formação de “especialistas idiotas”, ou “monstros hábeis” (Dowbor, 2001). Por outro lado, em respeito ao caráter democrático e republicano de nossas instituições, não podemos promover algo como um “catecismo laico”, escondido por detrás do discurso de “formar cidadãos” ou “ensinar a pensar certo”¹².

Entendo que não cabe propor competências de ordem valorativa que firam a pluralidade de escolhas dos cidadãos. Não nos cabe deliberar por eles, mas capacitá-los, via sistema de ensino, a avaliar fundamentalmente os sentidos, valores e significados produzidos em torno da cultura corporal de movimento, sem impor uma nova

¹¹ Vide os dilemas vividos pela área 21 da Capes.

¹² Arendt (1992, p. 132-3) afirma: “Não há pensamentos perigosos; o próprio pensamento é perigoso [...] para todos os credos e, por si mesmo, não dá origem a nenhum novo credo”.

cultura que verticalize o processo. Propiciar, ainda, uma reflexividade que, sem se descuidar do movimento, articule o pensamento sobre o homem em movimento no mundo.

Sabemos que as instâncias do mundo social e histórico são condicionantes e constitutivas das linguagens que compõem o corpo. O conhecimento escolar em EF refere-se a esse elemento vivencial/discursivo referente às práticas corporais, possibilitando aos sujeitos compreenderem os modelos existentes na cultura de forma crítica, tendo opções para escolher seus modelos de conduta corporal com maior grau de autonomia e esclarecimento.

Devemos reconhecer que é bem mais fácil a EF vender o receituário de um “estilo de vida saudável”; porém, convém questionar essa simplificação que é a redução da complexidade dos aspectos envolvidos na qualidade de vida a características subjetivas de “estilos de vida”.

Um modo concreto de realizar esse intento é propiciar aos alunos o acesso a conhecimentos que os ajudem a compreender os determinantes objetivos envolvidos na promoção da Qualidade de Vida e como potencializá-los nos contextos nos quais estão inseridos, acreditando, como [Vilela e Vilarta \(2004, p. 28\)](#), que, “[...] a partir da conquista da autonomia, estruturam-se os pressupostos básicos que possibilitarão uma melhoria da qualidade de vida de uma população”.

CONSIDERAÇÕES PARA CONTINUAR PENSANDO

Tugendhat, referindo-se àquela que considera a pergunta mais básica que nos podemos fazer como seres humanos, nos conduz ao Primeiro Livro da *República* de Platão, a um diálogo em que Sócrates, dirigindo-se a Trasímaco, afirma: “[...] pois não estamos tratando de uma questão qualquer, senão de que maneira se deve viver” (2007, p. 82). Como não somos feitos de “arame rígido” e podemos duvidar do que estamos fazendo e de como conduzimos a nossa vida, continuamos com a questão de Sócrates: “[...] trata-se do caminho que devemos tomar na vida, e o característico dos humanos parece ser que isso nunca é óbvio” ([Tugendhat, 2007, p. 83](#)).

Por mais que valorizemos a *episteme*, o saber científico, ou a *techne* (o saber técnico), eles não dão conta de responder à questão posta, dado que ela, segundo [Aristóteles \(1987\)](#), é da ordem da *phronesis*, a sabedoria prática que, embora diga respeito aos saberes da ciência e da técnica, não se esgota neles, demandando escolhas, por isso sempre implicando decisões ético-políticas.

A contribuição da Ciência, e da EF em particular, é fornecer conhecimentos capazes de ajudar os seres humanos a ter discernimento na tomada de decisões, mesmo sabendo, como afirma Arendt (1992 apud

[Brayner, 2008, p. 99](#)), que “[...] a passagem da verdade racional à opinião implica a passagem do homem no singular para o homem no plural”. Preserva-se, assim, a autonomia do campo científico e do universo da política¹³. Enfim, nosso compromisso social é tornar acessível o conhecimento reflexivamente produzido; usá-lo com sabedoria é tarefa de todos. Assim, é conveniente que os “cientistas” se disponham a dialogar com a “dona Maria”; afinal, a concessão para o livre pensar da Ciência depende de uma concessão da república – e esta é de todos.

No enfrentamento desse quadro, minha aposta se dá no desenvolvimento de uma cultura democrática que resista às tentações autoritárias, à direita e à esquerda, de “cortar caminho”, e de uma cultura científica que sirva de anteparo crítico ao charlatanismo, mas sem mistificar a ciência. Para aqueles que identificam nessa aposta uma manifestação de ingenuidade diante de uma causa perdida, parafraseio Darcy Ribeiro: “detestaria estar do lado dos que venceram” (citação de memória).

O caráter de “aposta”, sem nenhum otimismo, se dá pelo temor de que o desgaste sofrido pela política induza à busca de certezas fora da política, por exemplo, na ciência, na teologia, na tecnologia ou na violência. Embora difícil, penso que temos de afirmar a política sem esconder sua contingência – temos que ser adultos e assumir nossa orfandade –, visto que em política as certezas são mais danosas do que as promessas, que podem ser falsas.

A questão continua sendo: “Como nos relacionamos com a realidade?” (com um contexto que não escolhemos – lembrando Marx¹⁴). “Como formar as novas gerações para que essa relação preserve a liberdade de escolha e potencialize a autonomia?”. Certamente, não é no piloto automático da funcionalidade irrefletida, acrítica e que dispensa escolhas ético-políticas. Só o estranhamento crítico pode garantir uma formação para a autonomia, base para que questões, como ética, política, juízo, deliberação (inclusive sobre o que é regressão), continuem sendo questões do humano.

Os acontecimentos que vivenciamos no Brasil e no mundo mostram claramente que não temos nenhuma garantia de que hoje é melhor que ontem e que amanhã será melhor que hoje (a regressão é sempre uma

¹³ “Preserva-se” no campo da idealidade, pois sabemos que “eles se cruzam” mais do que gostaríamos. Exemplos disso foram comuns no período da pandemia, entre eles esta pérola: “Ele (médico) receitou cloroquina, ele é adepto”. Então, alguém formado no universo das evidências científicas, motivado por razões/emoções políticas, vira as costas para a ciência.

¹⁴ Como afirma Lahire (2011 citado em [Rosenfield et al., 2015, p. 18](#)), “[...] a construção da realidade social não é apenas simbólica, ela também é material, está em objetos, instituições, textos [...]. Existem coisas que restringem a ação dos atores, que são externas a eles e das quais eles nem sempre têm consciência”.

possibilidade). O professor Cláudio Garcia deixa um conselho aos educadores e educadoras: “[...] se previnam contra a ilusão de que a simples chegada das novas gerações ao mundo, por si mesma, garanta um mundo melhor (Garcia, 2008, p. 216).

FINANCIAMENTO

O presente trabalho não contou com apoio financeiro de nenhuma natureza para sua realização.

CONFLITOS DE INTERESSE

O autor declara não haver conflitos de interesse.

REFERÊNCIAS

- Arendt H. A vida do espírito: o pensar, o querer, o julgar. Rio de Janeiro: Relume Dumará; 1992.
- Arendt H. A dignidade da política. Rio de Janeiro: Relume Dumará; 1993.
- Arendt H. Entre o passado e o futuro. São Paulo: Perspectiva; 2002.
- Arendt H. Origens do totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras; 2012.
- Aristóteles. Ética a Nicômaco. São Paulo: Nova Cultural; 1987. (Os Pensadores).
- Benevides MVM. Educação para a democracia. Lua Nova. 1996;(38):223-37. <https://doi.org/10.1590/S0102-64451996000200011>.
- Bispo FS, Scaramussa MF, Silva BO. Bolsonaroismo e a psicologia das massas: 100 anos depois. Trivium. 2022;14:113-26. <http://dx.doi.org/10.18379/2176-4891.2022vNSPEAp.113>.
- Bourdieu P. Os usos sociais da ciência: por uma sociologia crítica do campo científico. São Paulo: Unesp; 2004.
- Boufleuer JP, Fensterseifer PE, Silva SP, Cossetin VLF. A especificidade da educação escolar em sociedades republicanas e democráticas [Internet]. Ijuí: Unijuí; 2023 [citado 2023 Out 17]. Disponível em: <https://www.editoraunijui.com.br/produto/2422>
- Brasil. Constituição Federal. Vade Mecum. 20ª ed. São Paulo: Saraiva; 2018.
- Brayner F. Educação e republicanismo: experimentos arendtianos para uma educação melhor. Brasília: Líber; 2008.
- Castoriadis C. As encruzilhadas do labirinto: os domínios do homem. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1987.
- Condorcet MJANCM. Cinco memórias sobre a instrução pública. São Paulo: Ed. Unesp; 2008.
- Coutel C. Condorcet: instituir el ciudadano. Buenos Aires: Ediciones del Signo; 2004.
- Dowbor L. Tecnologias do conhecimento: os desafios da educação. Petrópolis: Vozes; 2001.
- Eco H. Entrevista. Por Roger Pol Droit para o “LE MONDE”. Folha da São Paulo, Caderno Mais!; São Paulo; 3 abr. 1994 [citado 2023 Set 25]. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/4/03/mais!/9.html>
- Fensterseifer PE. A produção de conhecimento em Educação Física/ciência do esporte: qualidade x quantidade: para onde vamos? Rev Tempos Espaços Educ. 2020;13(32):1-18. <http://dx.doi.org/10.20952/revtee.v13i32.14099>.
- Fensterseifer PE. Educação Física, ciência e compromisso social. In: Dantas HS Jr, Kuhn R, Zoboli F, Mezzaroba C, editores. Educação Física, esporte e sociedade: temas emergentes. Aracaju: Editora UFS, 2013. p. 14-30. (vol. 6).
- Garcia CB. A atividade filosófica e os assuntos humanos. In: Darós RC, Andrioli LA, Jung TI, editores. Linguagem, educação e cidadania. Ijuí: Unijuí; 2008. p. 205-16.
- Garcia CB. Prefácio. In: Brutti TA, editor. República e instrução pública: implicações morais e políticas das apostas de Condorcet. Cruz Alta: Ilustração; 2021.
- Genro T. Identidades sem rumo [Internet]. A Terra é Redonda; 7 ago. 2023 [citado 2023 Ago 7]. Disponível em: https://aterraeredonda.com.br/identidades-sem-rumo/?utm_source=newsletter&utm_medium=email&utm_campaign=novas_publicacoes&utm_term=2023-08-08
- Rosenfield CL, Queiroz A, Blanco DM, Navazo MM. Entrevista: Bernard Lahire. Sociologias. 2015;17(38):280-302. <http://dx.doi.org/10.1590/15174522-017003831>.
- Lefort C. A invenção democrática: os limites da dominação totalitária. Belo Horizonte: Autêntica; 2011.
- Pich S, Fensterseifer PE. Ontologia pós-metafísica e o movimento humano como linguagem. Impulso. 2012;22(53):25-36. <http://dx.doi.org/10.15600/2236-9767/impulso.v22n53p25-36>.
- Ruiz CB. Mesa-redonda Brasil: resistências e totalitarismos [Internet]. SBPC/ANPOF; 5 set. 2023. Transmitido ao vivo [citado 2023 Out 17]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2O5PtRZoFAY>
- Safatle V. Construindo polêmicas: considerações sobre o debate acerca da cientificidade da psicanálise [Internet]. A Terra é Redonda; 31 out. 2023 [citado 2023 Set 13]. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/construindo-polemicas/>
- Todorov T. O espírito das luzes. São Paulo: Barcarolla; 2008.
- Tugendhat E. Antropologia como filosofia primeira. In: Pommer A, Fraga PD, Schneider PR, editores. Filosofia e crítica: Festschrift dos 50 anos do Curso de Filosofia da UNIJUÍ. Ijuí: UNIJUÍ; 2007. p. 183-200.
- Vilela GB Jr, Vilarta R. Inclusão digital, cidadania e construção do conhecimento para a qualidade de vida. In: Vilarta R, editor. Qualidade de vida e políticas públicas: saúde, lazer e atividade física. Campinas: IPES Editorial; 2004.
- Youtube. Amós Oz: meu alerta para o mundo [Internet]. 2023 [citado em 2023 Out 17]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ow7yZv6Pp7c>